



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

26 DE MAIO DE 2015

MENSAGENS

01- PROJETO DE LEI 377/2015 - Mensagem nº 023/2015

Autor: Poder Executivo

Aprovação do Plano Estadual de Educação e adoção de outras providências.

RELATOR: DEP. CLAUDIA PEREIRA

PROJETO COM EMENDAS

02- EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 153/2015

Autor: Tadeu Veneri

Inclui o Dia 19 de Agosto como Dia Estadual de Luta da População em Situação de Rua no Calendário Oficial do estado do Paraná.

RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI

03- EMENDA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO AO PROJETO DE LEI 364/2015

Autor: Fernando Scanavaca

Altera o Objeto Constante no anexo XI do Plano de Aplicação da Lei nº 18.409 de 29 de dezembro de 2014..

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei n. 18.409/2014. Súmula: Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2015.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETOS COM RETORNO DE DILIGÊNCIA

04- PROJETO DE LEI 162/2015– RETORNO DE DILIGÊNCIA

Autor: Tercílio Turini

Dispõe sobre a responsabilidade da empresa fornecedora de energia elétrica realizar a extensão da rede para atendimento ao consumidor.

RELATOR: DEP. FELIPE FRANCISCHINI

05- PROJETO DE LEI 12/2015– RETORNO DE DILIGÊNCIA

Autor: Paulo Litro

Institui no estado do Paraná, o Programa Primeiro Emprego Paranaense.

RELATOR: DEP. GILSON DE SOUZA

06- PROJETO DE LEI 215/2015– RETORNO DE DILIGÊNCIA

Autor: Professor Lemos

Proíbe o desligamento do processo de seleção, de gestantes candidatas em concursos públicos de provas ou de provas e títulos, em função da impossibilidade de participarem de exames de capacitação física em decorrência da gravidez, no âmbito da Administração Direta e Indireta do estado do Paraná.

RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

07- PROJETO DE LEI 002/2015– RETORNO DE DILIGÊNCIA

Autor: Luiz Claudio Romanelli

Dispõe sobre a Contratação de Trabalhadores a partir de Consulta ao Banco de Dados das Agências do Trabalhador do Paraná – Portal MTE – Mais Empregos – Pelas empresas concessionárias, permissionárias e terceirizadas de serviços públicos estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como, empresas beneficiadas com programas de Fomento no estado do Paraná.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

08- PROJETO DE LEI 145/2015– RETORNO DE DILIGÊNCIA

Autor: Claudia Pereira

Institui o Programa de Exame de Mamografia Móvel no âmbito do estado do Paraná - Programa Mamóvel.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

09- PROJETO DE LEI 156/2015– RETORNO DE DILIGÊNCIA

Autor: Tercilio Turini

Proíbe no âmbito do estado do Paraná, a instalação de empresas de fundição de chumbo.

RELATOR: DEP. FELIPE FRANCISCHINI

10- PROJETO DE LEI 279/2015– RETORNO DE DILIGÊNCIA

Autor: Anibelli Neto

Inclui na Malha Rodoviária Estadual trecho de estrada Municipal ligando Renascença a Bom Sucesso do Sul.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

11- PROJETO DE LEI 007/2015– RETORNO DE DILIGÊNCIA

Autor: Professor Lemos

Dispõe sobre a Proibição de Abastecimento de Combustível, pelos postos de gasolina, após ser acionada a trava de segurança da bomba de abastecimento.

RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI

PROJETOS DE LEI EM 2ª DISCUSSÃO

12- PROJETO DE LEI 184/2015

Autor: Paranhos

Estabelece a Política de estado para o Parto Humanizado.

RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

13- PROJETO DE LEI 190/2015

Autor: Gilberto Ribeiro

Dispõe sobre a Instituição do Plano de Carreira Única da Polícia Militar e do Bombeiro Militar do estado do Paraná.

RELATOR: DEP. CLAUDIA PEREIRA

14- PROJETO DE LEI 268/2015

Autor: Luiz Claudio Romanelli e Plauto Miró

Altera a Lei nº 1.211 de 16 de setembro de 1953, acrescentando os parágrafos 2º e 3º ao Artigo 1º, para dispor que os bens declarados "Unidades de Conservação - UC", somente podem ser tombados após aprovado o respectivo "Plano de Manejo" e realização de Audiências Públicas.

RELATOR: DEP. TIAGO AMARAL

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 1.211/1953. Súmula: *Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná.*

Art. 1º. *Constitui o patrimônio Histórico, artístico e natural do Estado do Paraná o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Estado e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação e fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.*

§ 1º. *Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico, artístico e natural do Paraná, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos **Livros do Tombo**, de que trata o art. 3º desta lei.*

15- PROJETO DE LEI 271/2015

Autor: Nereu Moura

Dispõe sobre a inclusão do tipo sanguíneo e a possibilidade e doação e órgãos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) emitida pelo departamento de trânsito do Paraná - DETRAN/PR.

RELATOR: DEP. MISSIONARIO ARRUDA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

16- PROJETO DE LEI 281/2015

Autor: André Bueno

Dispõe sobre o Programa Estadual de Prevenção e Combate à Evasão Escolar e estabelece outras providências.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

PROJETOS DE LEI EM 1ª DISCUSSÃO

17- PROJETO DE LEI 234/2015

Autor: Fernando Scanavaca

Dispõe sobre a necessidade de apresentação de selo garantidor para o uso do Gás Natural Veicular (GNV), pelos usuários de veículos automotores, nos Postos de Combustíveis.

RELATOR: DEP. TIAGO AMARAL

18- PROJETO DE LEI 284/2015

Autor: Marcio Pauliki

Dispõe sobre Autorização ao Executivo para criar incentivo aos bons pagadores de tributos no âmbito do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

19- PROJETO DE LEI 232/2015

Autor: Artagão Junior

Dispõe sobre a imunidade e isenção de tributo às Instituições Educacionais e Assistência Social no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. GUTO SILVA

20- PROJETO DE LEI 264/2015

Autor: Guto Silva

Estabelece redução no valor das taxas de renovação da Carteira Nacional de Habitação no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

21- PROJETO DE LEI 253/2015

Autor: Gilberto Ribeiro

Altera a Redação do Caput do Art. 1º da Lei Estadual nº 14.425/04, estendendo o benefício previsto para os alunos portadores de doença celíaca (Intolerância ao Glúten).

RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 14.425/2004. Súmula: *Obriga a todas as escolas da Rede Estadual de Ensino o uso de alimentação especial na merenda escolar adaptada para alunos portadores de diabetes melito.*

Art. 1º. *É obrigatório em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino o uso de alimentação especial na merenda escolar adaptada para alunos portadores de diabetes melito.*

22- PROJETO DE LEI 250/2015

Autor: Luiz Carlos Martins

Institui as Linhas do Turismo Metropolitano no estado do Paraná.

RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI

23- PROJETO DE LEI 158/2015

Autor: Anibelli Neto

Prioriza o repasse de verbas oriundas de Convênios com o Governo Estadual aos Municípios que possuírem um Conselho Municipal de Proteção e Defesa aos Direitos dos Animais.

RELATOR: DEP. CLAUDIA PEREIRA

24- PROJETO DE LEI 58/2015

Autor: Ratinho Junior

Dispõe sobre Sistema de Compensação pelo Cumprimento de Metas por Indicadores de Criminalidade no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. FELIPE FRANCISCHINI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

25- PROJETO DE LEI 48/2015

Autor: Ney Leprevost

Dá nova redação aos Arts. 1º e 5º, da lei nº 12.945/2000, que institui o Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA, conforme especifica e adota outras providências.

RELATOR: DEP. FELIPE FRANCISCHINI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 12.945/2000. Súmula: Institui o Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, conforme especifica e adota outras providências.

Art. 1º. Fica instituído o Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, com a finalidade de concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a preservação, a conservação e/ou a recuperação do meio ambiente.

.....

Art. 5º. Serão consideradas prioritárias as aplicações de recursos financeiros do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA em planos, programas ou projetos relativos a: educação ambiental, controle e monitoramento ambiental, recuperação ambiental, proteção dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, unidades de conservação, desenvolvimento florestal, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento institucional, desenvolvimento de políticas públicas ambientais, instrumentos e meios legais e econômicos, assim como despesas correntes pertinentes a atividades da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e do Instituto Ambiental do Paraná.

26- PROJETO DE LEI 292/2015

Autor: Nereu Moura

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as Instituições Bancárias instalarem bebedouros de água potável e sanitários nos locais de atendimento ao público.

RELATOR: DEP. CLAUDIA PEREIRA

27- PROJETO DE LEI 301/2015

Autor: Rasca Rodrigues

Dispõe sobre Interseções de Rodovias Federais e Estaduais com Vias Urbanas e Áreas de Unidades de Conservação no estado do Paraná.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

28- PROJETO DE LEI 302/2015

Autor: Nereu Moura

Altera a Redação do inciso IV, do Art. 2º, da lei nº 17.445, de 27 de dezembro de 2012 para Instituir o direito de ressarcimento aos produtores rurais por corte não programado de plantação agrícola às margens das Rodovias Estaduais.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 17.445/2012. Súmula: Institui a Taxa de Fiscalização do Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias no Estado do Paraná, administradas pelo DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

Art. 2º São isentos da TFDER:

I - placas de indicação de sentido e distância com o nome de estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços ou produtores rurais às margens da rodovia, considerados como atividades auxiliares aos usuários da rodovia;

II - acessos a propriedades lindeiras às rodovias;

III - as placas de identificação instaladas em frente aos estabelecimentos empresariais com sede às margens das rodovias;

IV - o cultivo agrícola realizado na faixa de domínio das rodovias

29- PROJETO DE LEI 307/2015

Autor: Marcio Nunes

Dispõe sobre o retorno da disciplina de OSPB (Organização Social e Política Brasileira) ao currículo escolar das escolas do estado do Paraná.

RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI

30- PROJETO DE LEI 309/2015

Autor: Ney Leprevost

Insere o parágrafo único ao Art. 1º da Lei nº 16.127, de 03 de junho de 2009.

RELATOR: DEP. FELIPE FRANCISCHINI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

LEI N. 16.127/2009. Súmula: *Dispõe que será cassada a eficácia da inscrição junto ao Cadastro de Contribuintes do ICMS, dos estabelecimentos que forem flagrados comercializando, adquirindo, distribuindo, transportando, estocando ou revendendo produtos oriundos de cargas ilícitas, furtadas ou roubadas.*

Art. 1º. *Será cassada a eficácia da inscrição junto ao Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, dos estabelecimentos que forem flagrados comercializando, adquirindo, distribuindo, transportando, estocando ou revendendo produtos oriundos de cargas ilícitas, furtadas ou roubadas.*

31- PROJETO DE LEI 64/2015

Autor: Professor Lemos

Fica o Município de Loanda, estado do Paraná denominado como Capital da Torneira.

RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO

32- PROJETO DE LEI 113/2015

Autor: Paranhos

Dá nova Redação ao Artigo 1º, da Lei nº 11.562 de 14 de outubro de 1996.

RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 11.562/1996. Súmula: *Dispõe que as instituições financeiras, no âmbito do Estado do Paraná, ficam obrigadas a instalar sistema de filmagem e monitoramento permanentes dentro dos chamados "Caixas Eletrônicos" e "24 Horas", e adota outras providências.*

Art. 1º. *As instituições financeiras, no âmbito do Estado do Paraná, ficam obrigadas a instalar sistema de filmagem e monitoramento permanentes dentro dos chamados "Caixas Eletrônicos" e "24 Horas", e ainda, manter pelo menos um vigilante durante todo o período de seu funcionamento.*

33- PROJETO DE LEI 59/2015

Autor: Ratinho Junior

Institui, na Rede Pública e Privada de Ensino do estado do Paraná, o estudo da dependência química e suas consequências e o programa permanente de orientação e prevenção ao uso de drogas.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

34- PROJETO DE LEI 194/2015

Autor: Fernando Scanavaca

Concessão de Título de Cidadão Honorário do estado do Paraná ao Senhor TAIRIKU OKADA.

RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI

35- PROJETO DE LEI 235/2015

Autor: Tião Medeiros

Regulamenta a Execução do Disposto no Art. 2º da Constituição Estadual, sobre plebiscito, referendo e iniciativa popular, criando o Estatuto Estadual para o Exercício da Democracia Participativa, instrumento indispensável para o Exercício do Poder, baseado na participação dos cidadãos nas tomadas de decisão política..

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2º. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, nos termos desta Constituição e da lei, e mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

36- PROJETO DE LEI 247/2015

Autor: Missionário Ricardo Arruda

Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação pelas empresas de aquisição de máquinas de cartões de crédito e débito, adaptadas para pessoas com deficiência visual, no estado do Paraná.

RELATOR: DEP. GILSON DE SOUZA

37- PROJETO DE LEI 261/2015

Autor: Felipe Francischini

Dispõe sobre as obrigações dos revendedores e das concessionárias de veículos automotores a respeito dos produtos por eles vendidos que se tornarem objeto de recall (procedimento de recolhimento dos veículos para correção de vícios ou defeitos).

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

38- PROJETO DE LEI 282/2015

Autor: Guto Silva

Altera a lei nº 14.586, de 22 de dezembro de 2004, que proíbe o repasse da cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais a igrejas e templos de qualquer culto, para o fim de incluir as associações de pais e amigos dos excepcionais (APAES).

RELATOR: DEP. TIÃO MEDEIROS

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 14.586/2004. Súmula: *Proíbe a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais à igrejas e templos de qualquer culto.*

Art. 1º. *Fica proibida a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais próprios, delegados, terceirizados ou privatizados de água, luz telefone e gás, de igreja e templos de qualquer crença, desde que o imóvel esteja comprovadamente na propriedade ou posse das igrejas ou templos e sejam usados para a prática religiosa.*

Parágrafo único. *Nos casos em que o imóvel não for próprio, a comprovação do funcionamento deverá se dar através de contrato de locação ou comodato devidamente registrado, ou ainda, da justificativa de posse judicial.*

Art. 2º. *São definidas, para efeito do artigo 1º, as contas relativas a imóveis ocupados por igreja ou templos de qualquer culto, devidamente registrados e reconhecidos pela autoridade competente através do alvará de funcionamento.*

Art. 3º. *Os templos e igrejas deverão requerer, junto as empresas prestadoras de serviços, a isenção a que tem direito, a partir da vigência desta lei.*

Art. 4º. *Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*

39- PROJETO DE LEI 285/2015

Autor: Evandro Araújo

Altera texto de Lei de criação dos municípios de Floresta e de Itambé, corrigindo nomenclatura de divisa territorial.

RELATOR: DEP. GUTO SILVA

40- PROJETO DE LEI 313/2015

Autor: Requião Filho

Dispõe sobre a obrigatoriedade de devolução integral e em espécie do troco ao consumidor de bens e serviços nos estabelecimentos situados no estado e dá outras providências.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

41- PROJETO DE LEI 290/2015

Autor: Rasca Rodrigues

Institui a Campanha sobre Guarda Responsável de Animais Domésticos em Terminais de Ônibus no estado do Paraná.

RELATOR: DEP. CLAUDIA PEREIRA

42- PROJETO DE LEI 304/2015

Autor: Marcio Nunes

Dispõe sobre a Instituição do Programa Adote uma Escola no estado do Paraná.

RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO

43- PROJETO DE LEI 311/2015

Autor: Guto Silva

Dispõe sobre a Divulgação de informação referente à movimentação financeira dos concursos públicos estaduais, e dá outras providências.

RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

44- PROJETO DE LEI 315/2015

Autor: Requião Filho

Obriga as Seguradoras e as Operadoras de Planos de Assistência à Saúde a fornecerem ao consumidor livro contendo a relação de credenciados ou referenciados e a avisar prévia e individualmente os seus clientes sobre o descredenciamento de médicos, dentistas, hospitais, clínicas e laboratórios no estado.

RELATOR: DEP. CLAUDIA PEREIRA

45- PROJETO DE LEI 318/2015

Autor: Claudio Palozi

Dispõe sobre o piso salarial do farmacêutico no âmbito do estado do Paraná.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

46- PROJETO DE LEI 324/2015

Autor: Luiz Carlos Martins

Dispõe sobre a Reserva de Vagas de Trabalho para mulheres vítimas da violência doméstica nas empresas prestadoras de serviços ao Poder Público Estadual.

RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

47- PROJETO DE LEI 316/2015

Autor: Requião Filho

Dispõe sobre as informações a serem prestadas aos consumidores de telefonia móvel pós-paga, transmissão de dados, internet móvel e fixa, por ocasião do excesso do limite da franquia contratada.

RELATOR: DEP. GISLON DE SOUZA

PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

48- PROJETO DE LEI 399/2015

Autor: Fernando Scanavaca

Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente São Francisco de Assis - ABESF, com sede e foro no Município de Umuarama.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

49- PROJETO DE LEI 191/2015

Autor: Chico Brasileiro

Dispõe sobre a Concessão do Título de Utilidade Pública a Associação Internacional Para Expansão da Conscienciologia - AIEC, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu - PR.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

50- PROJETO DE LEI 160/2015

Autor: Nereu Moura

Declara de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede no Município de Santana do Itararé/PR e comarca em Wenceslau Braz/PR.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

51- PROJETO DE LEI 231/2015

Autor: Artagão Junior

Declara de Utilidade Pública a AE - Associação Esperança, com sede e foro no Município de Guarapuava, Paraná.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

52- PROJETO DE LEI 320/2015

Autor: Alexandre Curi

Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Prado Ferreira - APAE.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

53- PROJETO DE LEI 225/2015

Autor: Elio Rusch

Declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Cristo Redentor - AECRI, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

54- PROJETO DE LEI 355/2015

Autor: Evandro Junior

Concessão Título de Utilidade Pública ao Instituto Cultural Ingá, com sede e foro no Município de Maringá/Pr.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

55- PROJETO DE LEI 255/2015

Autor: Guto Silva

Concessão de Título de Utilidade Pública Estadual à Associação Lima – Protetora dos Animais de Pato Branco, estado do Paraná.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA